

Crê-se, enfim, que é todo um mundo novo sobre que importa refletir. Nesta ponderação, interessa, ainda, olhar para as lesões causadas ao robô. Negando a personalidade jurídica à entidade eletrónica, pode esta ser tratada como mera coisa, designadamente na ponderação sobre a indemnização de danos não patrimoniais sofridos pelo seu utilizador?

Servem os quadros clássicos do direito civil como critérios de referência para o debate. Acredita-se, porém, que os resultados serão mais do que vinho novo em odres velhos...

Junho de 2018

Comentário ao efeito negativo do princípio da *Kompetenz-kompetenz*

JOÃO ANACORETA CORREIA¹

ANDRÉ MENA HÜSGEN

1. Introdução

O conhecido **princípio da *Kompetenz-Kompetenz***, ou o “efeito positivo” do princípio da *Kompetenz-Kompetenz* (também designado, em Portugal, como o princípio da competência da competência do tribunal arbitral, ou competência-competência, e na literatura estrangeira como *competence-competence* ou ainda *compétence-compétence*), habilita o tribunal arbitral a decidir sobre a sua própria competência, mesmo que para esse fim seja necessário apreciar a existência, a validade e a eficácia da convenção de arbitragem, ou a sua aplicabilidade ao litígio. A aceitação deste princípio, que é hoje global, teve uma

¹ Conheci o Dr. Rui Pena há uns 30 anos, quando ainda era estudante de Direito. No final do meu curso, uns meses mais tarde, o Dr. Rui Pena aceitou ser meu patrono. Iniciei o estágio com receio da sua lendária capacidade de trabalho. Não foi, contudo, essa a característica que mais me surpreendeu. Guardo na memória, como inspiração e modelo, uma invulgar capacidade de escutar os outros. Recordo também um grande rigor na escrita, marcado por uma poderosa combinação de síntese e assertividade. E ainda – *the last but not the least* – um caráter sério, mas não sisudo.

O Dr. André Mena Hüsgen é o verdadeiro autor deste artigo, e que constitui um aprofundamento da sua tese de mestrado. Acompanhei o estágio profissional do Dr. André Mena Hüsgen. Ter a possibilidade de, nesta obra, assinar um artigo com um advogado que foi estagiário no meu escritório é uma forma de mostrar ao Dr. Rui Pena como estou grato por aquilo que dele recebi, e que procuro transmitir aos seguintes.

Assim interpretado, o artigo 17.º do CCP ganha sentido, e passa a integrar com coerência simultaneamente as partes do CCP que tratam do âmbito de aplicação do código (Parte I) e da formação dos contratos (Parte II), fornecendo a uma e outra os conceitos estruturais de “valor do contrato” e de “valor estimado do contrato” de que o código precisa para funcionar.

ÍNDICE

Serenamente ele próprio. Independente. Teimosamente independente. Obstinadamente resistente MARCELO REBELO DE SOUSA	11
Um democrata-cristão interpelado pela política como uma missão ANTÓNIO GUTERRES	13
Era certo, era seguro, era competente, era decidido AUGUSTO LOPES CARDOSO	15
Um Jurista de grande competência intelectual FAUSTO DE QUADROS	19
Era com ele que gostava de discutir sobre o desenvolvimento do nosso querido Portugal JOÃO PEREIRA COUTINHO	21
Era um bom amigo. Tenho a certeza que éramos bons amigos LUÍS BARBOSA	23
Um compasso moral em momentos confusos de dúvida e de aflições MANUEL GALLO	25
Duas extraordinárias lições de Humanismo e Liderança MARIA DA GLÓRIA F. P. D. GARCIA	29

ESTUDOS EM HOMENAGEM A RUI PENA		ÍNDICE	
Meu amigo e companheiro de sempre LOPO CANCELLA DE ABREU	33	Apontamento sobre o novo regime de impugnação contenciosa de regulamentos administrativos CARLOS BLANCO DE MORAIS	253
Foi um grande patrono. E nunca deixou, de alguma forma, de o ser em toda a minha vida JOSÉ LUÍS ARNAUT	37	O «Manual de Direito Administrativo» do Professor Marcello Caetano: carácter inovador das 3 primeiras edições DIOGO FREITAS DO AMARAL	267
Descentralização e desconcentração administrativa. Os conceitos e a sua expressão constitucional AFONSO D'OLIVEIRA MARTINS	39	“Chamem a polícia, chamem a polícia, chamem a polícia queu num pago!” (Trabalhadores do Comércio, 1980) FRANCISCO CORTEZ DIOGO PINTO	283
O papel das organizações internacionais regionais no combate à corrupção em África AGOSTINHO PEREIRA DE MIRANDA LÍLIA TOMÉ DE AZEVEDO	55	Para Rui Pena, em torno das humanidades GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS	305
Ainda as Cláusulas de Exclusão do estatuto de refugiado: quem <i>não merece</i> proteção internacional ANA CELESTE CARVALHO	77	A arbitragem administrativa em matéria de formação de contratos públicos GONÇALO GUERRA TAVARES ANTÓNIO MAGALHÃES E MENEZES	313
Circunstâncias imprevisíveis nas concessões à luz do novo CCP ANDREIA DUARTE DA COSTA	107	Inteligência artificial e responsabilidade civil: enquadramento HENRIQUE SOUSA ANTUNES	329
Nomeação de árbitros pelas partes – o “calcanhar de Aquiles” da Arbitragem? ARMINDO RIBEIRO MENDES SOFIA RIBEIRO MENDES	129	Comentário ao efeito negativo do princípio da <i>Kompetenz-kompetenz</i> JOÃO ANACORETA CORREIA ANDRÉ MENA HÜSGEN	345
Responsabilidade penal das pessoas coletivas por inexistência de um controlo de <i>compliance</i> ? BELARMINO COSTA DA SILVA	165	Autonomia regulamentar das ordens profissionais e reserva de lei JOÃO PACHECO DE AMORIM	381
Liberdade de Expressão e Crime de Homicídio – <i>Can Words Kill? The Case</i> <i>of Commonwealth v. Michelle Carter (2019)</i> BERNARDO DINIZ DE AYALA	197	Efectivação de créditos laborais do trabalhador na impugnação do despedimento colectivo JOANA VASCONCELOS	435
Pobreza energética: uma nova espécie de pobreza? CARLA AMADO GOMES RAQUEL FRANCO	231	O árbitro de emergência JOAQUIM SHEARMAN DE MACEDO	449

O <i>efeito</i> do princípio constitucional da descentralização na titularidade e administração do domínio público (e a palpitante transferência de competências para as autarquias locais)	471	Public procurement of innovation: a cultural challenge!	639
JORGE PAÇÃO		LUIS VALADARES TAVARES	
Admissibilidade de recurso de revista do acórdão da Relação que revoga decisão de deserção da instância	497	Da inaplicabilidade do controlo das concentrações aos contratos regulados no Código dos Contratos Públicos (CCP)	657
JOSÉ LEBRE FREITAS		LOURENÇO VILHENA DE FREITAS	
Atos políticos e atos de administração – Reflexões sobre os critérios de distinção das funções do Estado e das demais entidades públicas	517	Uma estranha causa de prescrição – Breve Comentário ao Acórdão n.º 373/2018, de 4 de julho, do Tribunal Constitucional	683
JOSÉ F.F. TAVARES		MARGARIDA SALEMA D'OLIVEIRA MARTINS	
1980: Aliança democrática – ano I da nova reforma. Um episódio parlamentar	545	Sobre o regime de modificação objetiva dos contratos administrativos	713
JOSÉ LUÍS DA CRUZ VILAÇA		MÁRIO AROSO DE ALMEIDA	
Municípios e Financiamento Colaborativo (Crowdfunding): Breves notas sobre a sua admissibilidade e limites no âmbito do regime jurídico-financeiro das autarquias locais e da contratação pública	555	Projectos BOOT no sector eléctrico. Contratos internacionais	751
JOSÉ LUÍS MOREIRA DA SILVA		MARISA APOLINÁRIO	
JOÃO FILIPE GRAÇA		Algumas reflexões sobre os processos híbridos Med/Arb e Arb/Med/Arb	771
Transversalidade estrutural e unidade funcional da administração	577	MIGUEL CANCELLA DE ABREU	
J. M. SÉRVULO CORREIA		Problemas do princípio da legalidade tributária	787
A autonomia financeira dos serviços municipalizados (e intermunicipalizados)	591	MIGUEL NOGUEIRA BRITO	
JOSÉ DE MATOS CORREIA		Podem existir decisões finais confidenciais no direito da concorrência?	815
DUARTE LEBRE DE FREITAS		MIGUEL PENA MACHETE	
The separability of arbitration agreements in public tenders: <i>Do birds of a (different) feather flock (and fall) together?</i> Portuguese Supreme Court of Justice's Judgment of 6 April 2017	615	Algumas notas sobre as relações triangulares nos sectores regulados	833
JOSÉ-MIGUEL JÚDICE		MÓNICA CARNEIRO PACHECO	
JOÃO TORNADA		JOÃO MARQUES MENDES	
		O conceito de concorrente e a fixação de limites à adjudicação por lotes na contratação pública	859
		NUNO CUNHA RODRIGUES	
		Pelo reforço do princípio da proporcionalidade	889
		NUNO B. M. LUMBRALES	

Liquidação de instituições de crédito e sociedades financeiras e resolução de atos prejudiciais NUNO PENA	899
Ainda a propósito da natureza jurídica do visto prévio do Tribunal de Contas – A perspetiva (correta) da jurisprudência do TJUE PAULO LINHARES DIAS	925
O recurso de constitucionalidade como meio de acesso dos particulares à Constituição: sentido e limites PEDRO MACHETE	949
O risco de exploração na Directiva Concessões e no Código dos Contratos Públicos PEDRO MELO	973
A prova dos nove do sistema do IVA RAQUEL MONTES FERNANDES	991
A Nova Ciência do Direito Administrativo e a Teoria das Fontes do Direito. Apreciação de algumas inovações RUI CHANCERELLE DE MACHETE	1025
Desafios de uma contratação pública ao serviço da concorrência e da satisfação das necessidades públicas e o modo como a revisão do CCP de 2017 os enfrentou RUI MEDEIROS	1049
A reposição do equilíbrio financeiro do contrato de empreitada de obras públicas TIAGO AMORIM	1091
Os dois valores do contrato público. Uma proposta de interpretação do artigo 17.º do CCP após a revisão de 2017 TIAGO MASCARENHAS	1113

Estudos em Homenagem a Rui Pena

2019

Coordenação:

Nuno Pena e Pedro Melo

Comissão Organizadora:

Rui Machete

José Matos Correia

Agostinho Pereira de Miranda

Pedro Melo

Nuno Pena


ALMEDINA

ESTUDOS EM HOMENAGEM A RUI PENA

COORDENAÇÃO

Nuno Pena, Pedro Melo

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Rui Machete

José Matos Correia

Agostinho Pereira de Miranda

Pedro Melo

Nuno Pena

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76-80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almédina.net · editora@almédina.net

DESIGN DE COLECÇÃO

FBA

CAPA

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

PAPELMUNDE

Setembro, 2019

DEPÓSITO LEGAL

461023/19

O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores. Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

ESTUDOS EM HOMENAGEM A RUI PENA

Coord. Nuno Pena. - (Estudos em homenagem)

ISBN 978-972-40-8071-0

I - PENA, Nuno

CDU 34



Acrílico sobre papel

100 x 70

Gonçalo Pena

Créditos da fotografia: Frederico Brízida

Estudos em Homenagem a Rui Pena

2019

Coordenação:

Nuno Pena e Pedro Melo

Comissão Organizadora:

Rui Machete

José Matos Correia

Agostinho Pereira de Miranda

Pedro Melo

Nuno Pena

ESTUDOS EM HOMENAGEM A RUI PENA

COORDENAÇÃO

Nuno Pena, Pedro Melo

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Rui Machete

José Matos Correia

Agostinho Pereira de Miranda

Pedro Melo

Nuno Pena

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.º 76-80

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE COLECÇÃO

FBA

CAPA

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

PAPELMUNDE

Setembro, 2019

DEPÓSITO LEGAL

461023/19

O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade dos seus autores. Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.

 | GRUPOALMEDINA
ALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

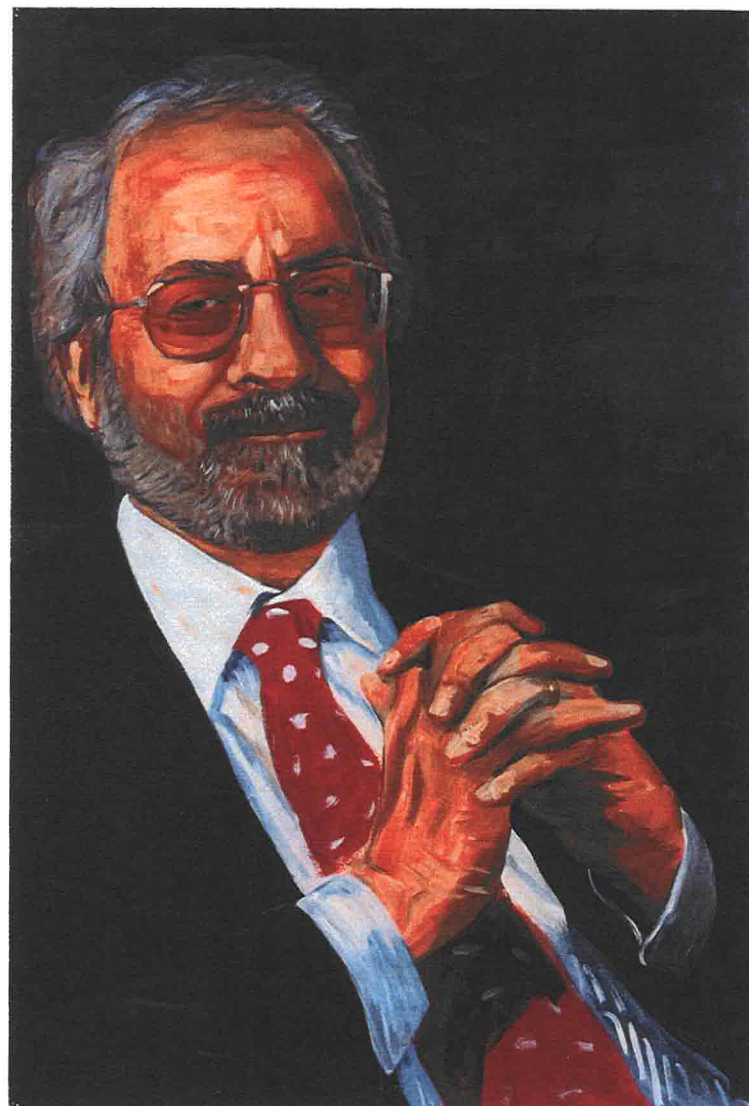
ESTUDOS EM HOMENAGEM A RUI PENA

Coord. Nuno Pena. – (Estudos em homenagem)

ISBN 978-972-40-8071-0

I – PENA, Nuno

CDU 34



Acrílico sobre papel

100 × 70

Gonçalo Pena

Créditos da fotografia: Frederico Brizida

Estudos em Homenagem a
RUI PENA


ALMEDINA

Estudos em Homenagem a
RUI PENA

COMISSÃO ORGANIZADORA:

RUI MACHETE
JOSÉ MATOS CORREIA
AGOSTINHO PEREIRA DE MIRANDA
PEDRO MELO
NUNO PENA


ALMEDINA